

## PROJETOS EM DISPUTA: A QUESTÃO INDÍGENA E O AGRONEGÓCIO

Cátia Franciele Sanfelice de Paula<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir algumas questões relacionadas a dois distintos projetos presentes na sociedade contemporânea voltados à questão agrária. Dentre outros projetos existentes abordaremos o desenvolvimento do agronegócio e a busca pela manutenção das condições de vida características da cultura indígena como projetos em disputa e contraposição. O agronegócio ou *agrobusiness* consiste em um modelo de produção da agropecuária capitalista que surgiu na década de 1990 e que encontrou a partir daí defensores e porta-vozes em várias entidades patronais, representadas por meio de cooperativas das mais diversas. Em contrapartida, refém de severas críticas por parte dos defensores do agronegócio, se encontra outro projeto distinto voltado à manutenção da cultura indígena. Ambos os projetos se distinguem não apenas pelo seu caráter econômico, como pelo caráter social e político. Enquanto o agronegócio refere-se a um modelo específico de produção agropecuária realizado preferencialmente em larga escala e em grandes propriedades, o projeto de sociedade pertencente à cultura indígena diz respeito a uma cultura de subsistência. Além do que, a relação do indígena com a terra não assume um caráter mercadológico, como no agronegócio. Nesse contexto, o objetivo desse artigo é discutir quais as disputas e conflitos por terra esses dois projetos de sociedade vem provocando atualmente. Resultante desse processo conflitante apontaremos alguns dos conflitos gerados em Guairá/PR e algumas regiões do Mato Grosso do Sul como exemplos de outros conflitos que vem ocorrendo em várias outras regiões do Brasil.

**Palavras-chave:** Problema agrário, Questão Indígena, Agronegócio

**Resumen:** En este artículo se propone discutir algunos temas relacionados con dos proyectos separados en la sociedad contemporánea se centró en cuestiones agrarias. Entre otros proyectos existentes cubrirá el desarrollo de la agroindustria y la búsqueda para el mantenimiento de las condiciones de vida de los rasgos de la cultura indígena como proyectos y contraste de la competencia. La agroindustria y la agroindustria consiste en un modelo de producción de la agricultura capitalista que surgió en la década de 1990 y se encontró que a partir de entonces los defensores y portavoces de varios empleadores, representados por las diferentes cooperativas. Por el contrario, como rehenes de severas críticas por los defensores de los agronegocios, es otro proyecto distinto orientado al mantenimiento de la cultura indígena. Ambos proyectos se distinguen no sólo por su naturaleza económica, tales como el carácter social y político. Mientras que la agroindustria se refiere a un modelo específico de la producción agrícola lleva a cabo preferiblemente a gran escala y en grandes propiedades, la empresa del proyecto dentro de la cultura de la India se refiere a una cultura de subsistencia. Además, la relación de indígena a la tierra asume un carácter de comercialización, como en la agroindustria. En este contexto, el objetivo de este artículo es discutir que las disputas y conflictos por la tierra estos dos proyectos de la sociedad está actualmente causando. Conflicto resultante de este proceso se identificarán algunos de los conflictos que se generan en Guaira / PR y algunas regiones de Mato Grosso do Sul como ejemplos de otros conflictos que han ocurrido en varias otras regiones de Brasil.

**Palabras-clave:** Problema agrario, para las Cuestiones Indígenas, Agronegocios.

### **Questão agrária: um problema histórico**

A questão agrária é um problema histórico em nossa sociedade. Não é nosso objetivo neste artigo traçar um panorama histórico da questão agrária no Brasil em sua totalidade. Brevemente apontaremos algumas das questões que tornam explícita a existência do problema agrário, a fim de concentrarmos nossa discussão sobre os distintos projetos de sociedade atualmente decorrentes desta questão. Nosso objetivo, portanto é analisar a complexidade que envolve a luta e o direito a terra no Brasil.

Do século XVI até meados do século XIX, vigorou legalmente no Brasil o sistema político e econômico denominado escravismo colonial, regime que teve início após a chegada dos portugueses no Brasil. No entanto, antes da chegada dos portugueses no Brasil, ocorrido no século XV, o local já era habitado por diversas tribos indígenas, sendo estas os primeiros donos da terra. Ao verem seu território invadido, a população indígena lutou incansavelmente na tentativa de impedir a ocupação portuguesa, porém, mesmo com a luta e o confronto, não conseguiram conter a invasão. No embate, índios morreram, outros, percebendo a luta desigual, buscaram alternativas de sobrevivência, enquanto muitos foram capturados e escravizados pelo modo de produção imposto pelos colonizadores portugueses.

Assim, as populações indígenas aos poucos foram perdendo a terra, a liberdade e a vida, pois estavam diante de valores e visões de mundos diferentes e voltados à ocidental, do colonizador. Porém não podemos atribuir o problema agrário existente atualmente à colonização portuguesa. Do contrário estaríamos ocultando outras relações coloniais e não coloniais estabelecidas nesse processo. O que se percebe é que muitas vezes a colonização é utilizada para justificar o problema agrário atual como aquele sem solução, eliminando outros elementos que levem a sua interpretação.

Outro exemplo sobre a interferência do estado diz respeito a um período mais recente, onde percebemos (desde a ocupação por Portugal que é o Estado) seu papel atuante no processo de acirramento dos conflitos que envolvem a questão agrária. De acordo com Irene Adamy Spies em seu trabalho sobre a formação e organização política da classe dominante agrária no Oeste do Paraná, o Estado não

apenas viabilizou e legitimou as formas de ocupação da terra em conjunto com a iniciativa privada, como eram os próprios proprietários de grandes extensões de terra ou representantes das empresas colonizadoras que ocupavam o Estado e que usavam esse espaço de poder em favor da efetivação de seu projeto de colonização. Segundo Irene<sup>ii</sup>:

A colonização das terras que compreendem a região Oeste foi efetivada, basicamente, por empresas privadas. Porém, o Governo do Estado do Paraná teve participação direta no processo atuando principalmente na concessão de terras e títulos a estas empresas, aos novos posseiros, ou aos posseiros que ali já se encontravam desde as primeiras décadas do século XX. Este foi um processo conflituoso, marcado pelo favorecimento político e por disputas em torno do direito de posse e propriedade da terra, a exemplo dos processos em disputa entre a União, o Estado e a empresa Braviaco.

No referido trabalho, a autora discute como se delineou o problema agrário no Oeste do Paraná. No entanto, podemos supor que favorecimentos políticos como o citado pela autora não se restringiu apenas àquela região. O exemplo do Estado do Paraná, nesse sentido, instiga-nos a pensar como supostos favorecimentos políticos tenha se processado também em outros estados.

Quanto à questão indígena, sabemos que apesar das garantias legais de terras para as populações indígenas, que vem se sucedendo desde o século XVII, fatores extras, tais como o não interesse comercial ou extrativista de determinado território é que afastam ou não os empresários e agricultores das terras ocupadas. Segundo Darcy Ribeiro<sup>iii</sup>:

Muito mais do que as garantias da lei, é o desinteresse econômico que assegura ao índio a posse do nicho em que vive. A descoberta de qualquer elemento suscetível de exploração – um seringueira, minérios, essências florestais ou manchas apropriadas para certas culturas – equivale à condenação dos índios, que são pressionados a desocupá-las ou nelas morrem assassinados. E não são necessárias descobertas econômicas excepcionais para que os índios sejam espoliados.

A relação dos povos indígenas com a sociedade foi e é conflituosa, sendo histórica a pouca habilidade administrativa do Estado nacional com relação ao assunto. Para uma grande maioria a população indígena é vista como um empecilho ao “desenvolvimento”. Nesse contexto, devido o processo histórico de concentração fundiária vivido no Brasil foi se delineando distintos projetos de sociedade. A maioria desses projetos está voltado aos interesses dos latifundiários e, outros voltados aos

interesses daqueles que historicamente lutam pela manutenção ou pela conquista da terra, no intuito de garantirem seu sustento. Entre esses projetos citamos o agronegócio em contraposição aos modos de vida pertencentes à população indígena.

### **A estruturação do Agronegócio**

O agronegócio ou *agrobusiness* consiste em um modelo de produção da agropecuária capitalista que surgiu na década de 1990 e que encontrou a partir daí defensores e porta-vozes em várias entidades patronais, representadas por meio de cooperativas das mais diversas. O agronegócio também compreende segmentos ligados à pesquisa, produção de insumos, maquinários e tecnologias, a pecuária, a industrialização, à comercialização e, financiamentos. Em contrapartida, refém de severas críticas por parte dos defensores do agronegócio, se encontra outro projeto distinto voltado à manutenção dos modos de vida da população indígena. Ambos os projetos se distinguem não apenas pelo seu caráter econômico, mas pelo seu caráter social e político. Enquanto o agronegócio refere-se a um modelo específico de produção agropecuária realizado preferencialmente em larga escala e em grandes propriedades, o projeto de sociedade pertencente à população indígena diz respeito a um modo de vida voltado na maioria das vezes a garantia de subsistência. Além do que, a relação do indígena com a terra não assume um caráter mercadológico, como no agronegócio. Diferentemente, os indígenas possuem uma relação intrínseca com a terra, sendo a terra também, o suporte da vida social diretamente ligada as suas crenças e conhecimentos, um recurso não apenas natural, mas sócio-cultural. Em relação a essa questão Alcida Rita Ramos<sup>iv</sup> diz que:

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural - é tão importante quanto este - é um recurso sócio-cultural.

Para os índios o território é muito mais que um espaço geográfico: está ligado às suas crenças e tradições. Compartilhando do pensamento de Alcida Rita Ramos, Roberto Lobato Corrêa<sup>v</sup> enfatiza que nas sociedades primitivas o espaço vivido é afetivamente valorizado em razão de crenças que conferem especificidades a cada

parte do espaço. Enquanto para os não – índios a terra “assume o caráter de mercadoria, o índio mantém com esta uma relação visceral, auto imaginando-se como parte integrante e indissociável desta”.

No caso da irregular colonização realizada no Oeste do Paraná ela provocou uma grande concentração fundiária, e no decorrer do tempo formou-se organizações com a finalidade de manter suas condições de proprietários. Além do temor sob a perda das terras apropriadas, diversos outros objetivos levaram a constituição de entidades a nível nacional e, a nível regional, que se articulam na defesa de suas propriedades como um direito natural e incontestável. Dentre eles estão o desenvolvimento, fortalecimento e profissionalização da atividade pecuária, criação de espaços de representação política, dinamização e expansão da pecuária de corte.

Portanto a questão indígena ou, qualquer outra discussão que envolva a questão agrária é desconsiderada pelos setores do agronegócio. Tais setores possuem uma forte representação política, tanto por meio de entidades de classe, quanto no Congresso Nacional por meio da Bancada Ruralista. Entre os deputados que compõem a bancada ruralista alguns são do Estado do Paraná e, são possuidores de vários ramos econômicos, como rede de mercado, meios de comunicação escrito e falado, como o Jornal O Paraná e, o Jornal Hoje, de propriedade de Alfredo Kaefer, empresário do agronegócio, do setor de serviços e deputado Federal (2006 à 2010)<sup>vi</sup>.

A bancada ruralista possui uma forte atuação histórica em relação à questão agrária no Brasil. Fundada em 1985 a UDR (União Democrática Ruralista) vem interferindo de forma contrária ao projeto de reforma agrária, aos movimentos sociais que lutam contra a manutenção do latifúndio, além de influenciar outras entidades ligadas ao agronegócio a também se posicionarem contra a reforma agrária. De acordo com Irene<sup>vii</sup>:

A União Democrática Ruralista foi fundada em 1985, como entidade que pretendia organizar, mobilizar, e representar politicamente os interesses das classes e frações de classe dominantes no campo. Liderada por Ronaldo Caiado, sua mobilização se voltou para a defesa da propriedade, e de modo específico, contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no embate contra a aprovação do projeto de reforma agrária em discussão na Assembléia Nacional Constituinte.

A UDR consiste em uma entidade á nível nacional que influenciou a organização de outras entidades como a que existe no Oeste do Paraná, a SRO (Sociedade Rural do Oeste do Paraná), fundada em agosto de 1980. A argumentação dos Ruralistas se volta à defesa do Agronegócio como base da economia brasileira. Segundo eles, a distribuição das terras aos indígenas que seriam de interesse da exploração agrícola, reduz o estoque de terras para a agricultura e desestabiliza a economia gerando cada vez mais pobreza. Assim a imagem do indígena enquanto sujeito é daquele que não produz e não trabalha, ignorando a relação muito próxima deste com a terra. Além disso, a principal bandeira levantada pelos ruralistas é o direito à propriedade privada como um direito incontestável. Sobre isso, Irene discute que:

As classes dominantes no campo brasileiro têm sua história marcada pela constante defesa da propriedade da terra como um privilégio patrimonialista para poucos, questionando e dificultando a efetivação da reforma agrária e defendendo modelos agrícolas que tendem a inviabilizar a agricultura familiar e camponesa<sup>viii</sup>.

Uma das interrogações levantadas pelos setores do agronegócio é: Muita terra para pouco índio? Juntamente com esse questionamento vem sendo disseminado na sociedade um discurso que ao mesmo tempo em que deslegitima a luta pela terra, coloca os indígenas como oportunistas e os pequenos agricultores como vítimas. Essa questão torna-se problemática porque de um lado está à população indígena. Essa possui o direito originário das terras, e, portanto uma relação intrínseca com ela, local onde viveram seus antepassados, morada dos homens e das divindades locais. Por outro lado, há os pequenos agricultores, que possuem o direito adquirido das terras e uma relação de pertencimento com a terra. Para os pequenos agricultores a terra é representação e lembrança do trabalho e da luta de seus familiares no processo de reocupação da região. Na maioria das vezes, é também única fonte de renda. No entanto através de um olhar mais crítico e atento podemos perceber que o embate não está entre indígenas e pequenos agricultores.

De acordo com o discurso proferido pelos ruralistas o embate seria entre indígenas e pequenos agricultores. Esse discurso revela a tentativa dos ruralistas de envolver os pequenos agricultores num problema em que, ao contrário, diz respeito aos latifundiários, ao agronegócio e a grupos políticos. Utilizando-se desse fato, os ruralistas promovem na sociedade um discurso no qual buscam o consenso da

população numa relação contrária a causa indígena. O setor do agronegócio busca em seus discursos além de obscurecer os reais interesses relacionados à questão agrária, promover o consenso na sociedade através da afirmativa de que todos podem ser afetados pela questão indígena.

Já os dados quantitativos em relação às terras que se encontram em posse dos indígenas são distorcidos. Grande parte das terras é utilizada para finalidades diferentes de suas necessidades: invasão de fazendeiros, posseiros, extratores, construções adversas, muitas vezes vinculadas ao próprio Estado. Podemos citar como exemplos: as áreas para a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e Itaipu, além de ferrovias e estradas.

O atual cenário desloca o olhar das questões centrais e complexas que envolvem o problema fundiário no Brasil, que são entre outros, a má distribuição de terras; o descaso de setores do governo; os interesses de alguns grupos hegemônicos e; os interesses políticos e eleitorais. Para defender seus interesses de classe, busca o apoio dos diversos setores da sociedade como, comércio, indústria e, principalmente dos pequenos agricultores, sob a justificativa de que também podem ter sua propriedade invadida. Promove-se, portanto, o consenso pelo medo. Dessa forma percebe-se que não há apenas o posicionamento dos setores do agronegócio contra a demarcação das terras indígenas. Esse posicionamento contrário envolve os mais diversos setores da sociedade, principalmente os pequenos proprietários, que temendo perder sua pequena propriedade, muitas vezes seu único meio de sobrevivência, se colocam contrários à demarcação. Isso ajuda a perpetuar ainda mais uma imagem negativa e o não esclarecimento da sociedade sobre essa questão. Como explica Irene sobre o embate entre o MST (Movimento Sem Terra) e a SRO (Sociedade Rural Do Oeste do Paraná) na região de Cascavel no Paraná:

O discurso e as ações que buscam posicionar, nas mesmas condições, todos os proprietários rurais, estão entre as estratégias usadas pelos grandes proprietários rurais do Oeste do Paraná, através de suas entidades representativas e pelos meios de imprensa, no sentido de garantir apoio e respaldo à manutenção da sua condição hegemônica, diante do efetivo questionamento imposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, cuja reorganização e fortalecimento, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional, uma nova configuração das relações de poder<sup>ix</sup>.

## **Problema Agrário e a questão indígena: conflitos em Guaíra/PR e Mato Grosso do Sul**

O clima de tensão entre o setor ruralista e a comunidade indígena repercute em Guaíra e, também em várias regiões do Mato Grosso do Sul. Em Guaíra, boa parte da população se posiciona contra os funcionários da Funai, por entenderem que são eles que incitam a luta pela demarcação, condição que prejudica os indígenas da etnia guarani. É freqüente à marginalização, o preconceito e a estigmatização em relação aos indígenas. Após o início dos conflitos em Guaíra se tornou recorrente comentários sobre assaltos e roubos cometidos por indígenas na cidade. No entanto, não desconsideramos que esses atos venham ocorrendo com freqüência, isso por sua vez, reflete as péssimas condições de vida vivenciadas pela população indígena na cidade. Porém, com o início do conflito agrário tais atos passaram a ser noticiados com maior freqüência, numa tentativa de criminalizá-los. Devido à relação de preconceito e estigmatização vivida pelos indígenas, juntamente com as más condições de vida, levam à população indígena a uma perda de perspectiva no futuro, principalmente os mais jovens. Isso pode levar a fatos como o ocorrido em Guaíra e noticiado na Reportagem intitulada “Jovem indígena comete suicídio em Guaíra”:

Segundo informações na noite da última quarta-feira (27), por volta das 20 horas, o jovem Sabino Rivarola, de 18 anos, cometeu suicídio por enforcamento na aldeia Tekoha Mirim, no Município de Guaíra/PR. De acordo com o indigenista, Diogo Oliveira, a situação de extrema miséria e pobreza em que vivem os índios na região do Oeste do Paraná, bem como a falta de perspectiva para o futuro de jovens e adolescentes levam muitos deles a cometerem atos dessa natureza. (...) O jovem cursava o terceiro ano do ensino médio e pretendia tornar-se agente comunitário de saúde para ajudar sua família, que atualmente não possui nenhuma fonte de renda e depende de programas sociais do governo federal. Segundo dados da FUNAI nos últimos anos foram registrados cinco casos de suicídio de indígenas por enforcamento no município de Guaíra, além de inúmeras tentativas por envenenamento, a maior parte dos casos de pessoas entre 15 e 30 anos. Ainda de acordo com FUNAI os Guarani são de longe a etnia indígena com os maiores índices de suicídio no país, tendo sido registrado 863 casos de 2000 a 2011, sendo que estes números seguramente pode se estender a mais de 1000 mortos por enforcamento. Diogo acredita que nos últimos meses, o movimento de oposição à presença indígena em Guaíra tem aumentado extremamente de proporção, por vezes incitando o preconceito étnico-racial e disseminando informações distorcidas para mobilizar popular contra os índios. Segundo informações das lideranças, todos os índios que trabalhavam regularmente no município foram demitidos e existe um pacto de iniciativa privada para não oferecer emprego a pessoas de origem indígena. Atualmente existem oito aldeias indígenas Avá-Guarani no município de Guaíra e cinco em Terra Roxa, que totalizam

cerca de 1800 pessoas, sendo a sua maioria formada por crianças e adolescentes. “Ele se matou porque era muita dificuldade, muito sofrimento. A vida do índio é muito difícil”, afirma Arnaldo Dias, cacique da aldeia Tekoha Mirim. Arnaldo veio há cerca de seis anos da Terra indígena Jaguapiré, localizada no município de Tacuru/MS. Arnaldo afirma veio para junto de seus pais, que nasceram na região de Guáira em meados da década de 1940<sup>x</sup>.

Devido os conflitos ocorridos em Guáira entre indígenas da etnia guarani e os proprietários locais, vem ocorrendo à organização dos proprietários rurais liderados pelo Sindicato Patronal da cidade como forma de pressionar as lideranças políticas a se posicionarem contra a demarcação das terras indígenas, como podemos verificar nas diversas reportagens a respeito: “Grupo de produtores rurais recebe Dilma com protesto em Cascavel”<sup>xi</sup>, “Rusch apóia mobilização contra Demarcações da FUNAI: *Em Guáira agricultores também devem aderir a mobilização*”<sup>xii</sup> “Agricultores pretendem fazer uma mobilização na ponte Ayrton Senna em protesto a demarcação de terras indígenas”<sup>xiii</sup>, “Município adere à manifestação nacional contrária à questão agrária indígena”<sup>xiv</sup>

O Sindicato Patronal de Guáira vem se articulando com a Sociedade Rural Do Oeste do Paraná, ou vice e versa. Aos moldes do que ocorre na cidade de Cascavel no Paraná, no dia 02 de Abril de 2013, ocorreu em Guáira uma manifestação dos proprietários rurais, liderados tanto pelo sindicato patronal quanto por parte da bancada ruralista que compõe a SRO. Também se fizeram presentes grandes pecuaristas e políticos de municípios vizinhos, como de Mundo Novo (MS), Terra Roxa (PR) dentre outros. A tentativa de promover o consenso pelo medo dos pequenos proprietários rurais a aderirem um projeto que diz respeito aos grandes proprietários ocorre em Guáira de forma parecida de como ocorre em Cascavel como descrito por Irene em seu trabalho. Interessante observar a mudança no discurso por parte do poder político local em relação à questão indígena. Na reportagem “Comitê especial é criado para intermediar relação entre produtores rurais e indígenas”, verificamos o seguinte posicionamento:

“Nossa intenção é intermediar uma relação que está pendendo para o conflito. Temos que garantir que os direitos de ambas as partes sejam respeitadas e que tudo seja resolvido de forma pacífica. Antes de qualquer coisa, nós precisamos entender melhor essa questão, quais são as políticas públicas vigentes, os critérios e até mesmo os motivos do aumento do fluxo de nossa população indígena”, comentou Fabian<sup>xv</sup>.

No entanto, passados dois meses do discurso de palanque, ocorrido junto aos representantes do agronegócio da região, verificamos uma mudança de argumentos. O discurso que antes aparentemente buscava “intermediar” o conflito assume outro posicionamento:

(...) Concordo com a fala do líder dessa associação, (Associação Patronal de Guaíra) quando ele diz que esse movimento está apenas começando. Se preparem que nós vamos ter muitos anos ainda de luta pra poder chegar a um novo equilíbrio social em relação a esse tema, tal qual já vivemos momentos tensos em relação a reforma agrária, que hoje de certa forma, esta um pouco mais pacificada e, agora surgiu a questão agrária indígena, que pelo menos no estados do Sul começou a acontecer o que já estava acontecendo nos estados do Norte. (...) Graças a mobilização do Mato Grosso do Sul, graças a mobilização agora dos municípios do Estado do Paraná, e esse movimento que agora engrossou, esta forte, tomando conta do país, realmente o poder executivo federal, a presidenta Dilma inclusive, ela percebeu a gravidade da situação determinou através da ministra Gleice que se encontrasse soluções. Eu já estive em Brasília pelo menos cinco vezes, tratando desse tema, eu continuo acreditando que o poder executivo vai sim regulamentar através do ministro da justiça uma nova portaria, pelo menos no Estado do Paraná que está mais atrasado que o Estado do Mato Grosso do Sul, que aqui em Guaíra nós temos oito ocupações, apenas duas portarias de estudo de demarcação, estudos ainda não concluídos, na minha interpretação, que pela fala da ministra estão suspensos. Então a nossa expectativa, é que agora com a entrada de novos órgãos, como a EMBRAPA, INCRA, enfim, possa haver então, uma suspensão ou uma não conclusão do estudo por delimitar área aqui. Agora o problema nacional só isso não resolve. Por isso o movimento, que esta sendo feito é oportuno e vai ter que ter continuidade e, pode ter certeza que Guaíra não só pela vontade do poder público, mas principalmente pela vontade da sociedade guaiarense, é um município que vai estar a frente defendendo esta bandeira. (...) Agora infelizmente, agora, veio a questão indígena. (...) o congresso tem que mudar as leis, é a principal coisa que tem que ser feita é a mudança da lei, porque o executivo, eu sou prefeito, eu sei, eu tenho que cumprir a lei, como a presidenta Dilma também. Então o executivo ta tentando fazer a sua parte, o Congresso vai fazer a sua parte. Agora o que eu não percebi avanço ainda é dentro do poder judiciário. O poder judiciário continua condenando o Estado do Paraná através da Sanepar e da Copel a instalar rede d'água, infra-estrutura nas ocupações que estão pra reintegração. (...) Nós continuamos recebendo semanalmente duas ou três procedimentos administrativos determinando que o município ofereça estrutura e serviços nas ocupações indígenas. Então o poder Judiciário continua trabalhando dentro de seu papel condicional que é a tutela da questão indígena. Então o poder judiciário também é um setor que esse movimento tem que estar acompanhando passo a passo, interagindo, dialogando para que a nível dos três poderes nós possamos acompanhar<sup>xvi</sup>.

Além de conceber a reforma agrária no Brasil como um problema solucionado e de se posicionar totalmente contrário à questão indígena no município de Guaíra, o prefeito atribui à demarcação em Guaíra à destruição da integridade territorial do município caso ela venha ocorrer. Sua fala, portanto, deixa explícita quando convém apoiar e aceitar determinados projetos de sociedade.

Vale problematizar não apenas a fala do prefeito de Guaiá, como também dos deputados que estiveram presentes no discurso de palanque ocorrido naquela cidade. Isso é pertinente à medida que possibilita a compreensão sobre o projeto de sociedade que defendem, para termos a dimensão sobre como a questão indígena é concebida, disseminada e tratada por esses atores políticos. Como discute o historiador Paulo José Koling<sup>xvii</sup> num artigo sobre perspectivas e possibilidades de análise da temática Terra e Poder: “Sendo a política, portanto, a práxis social, para um estudo da política é preciso abordar as próprias relações que os homens praticam entre si em determinado tempo, lugar e sociedade”. A identificação das relações estabelecidas por pessoas que exercem o poder político nos permite dessa forma, conhecer os projetos de sociedade que defendem e os supostos interesses na luta pela efetivação de tais projetos. Uma das principais defesas refere-se ao direito de propriedade como um direito sagrado como podemos perceber na fala do deputado estadual do Paraná, Hélio Rush<sup>xviii</sup>:

(...) os agricultores querem nada mais do que aquilo que é seu por direito, a coisa mais sagrada que nós temos na nossa vida é o direito a nossa propriedade. (...) Não é possível que nós não temos direito daquilo que nós compramos. Ninguém invadiu uma propriedade aqui, quem tem propriedade comprou. Ou comprou da colonizadora ou, comprou de quem comprou da colonizadora. As terras aqui foram legitimadas pelo governo, as terras são vossas, as terras são nossas. (...) Na nossa bandeira está escrito ordem e progresso e, hoje o Congresso só tem... Quando você faz um movimento pacífico, quando você reivindica dentro daquilo que é seu direito e é isso que os senhores estão fazendo. Não é da nossa ousada nós deputados estaduais, mas há sim a necessidade das entidades organizadas. (...) É necessário tomar providências e defender os direitos dos nossos agricultores. (...) Para que nossa voz seja respeitada lá em cima vamos puxar a corda aqui em baixo, que o som chegue em Brasília, mostrar que nós somos ordeiros, que nós somos da paz, que nós temos tranqüilidade, mas acima de tudo nós queremos produzir. (...) Fomos ameaçados aqui em Guaiá, pelos quilombolas, por uma família que comprou dez alqueires de terra e de repente veio o INCRA e queria demarcar oitocentos alqueires de terra. Será que nós temos que sofrer sempre? Nós temos que lutar sempre por aquilo que é nosso?

A relação entre o direito de propriedade como um direito sagrado busca o consenso e o não questionamento em torno da procedência dos latifúndios. Atribuir o direito à propriedade como algo sagrado é tentar legitimá-la, retirando os espaços para contestação. É atribuir a um problema histórico um caráter sagrado. Porém os discursos mencionados são carregados de contradições. Ao mencionar que suas terras não foram fruto de invasão, o que em sua concepção, é o que deslegitimaria a propriedade (e é claro numa tentativa de criminalizar os movimentos que utilizam da

ocupação como forma de pressão na luta pela terra), o deputado revela como muitas vezes as terras foram adquiridas: “As terras aqui foram legitimadas pelo governo”. O que o deputado não comenta, porém, é que quem legitimou as terras no Paraná no período das colonizadoras, possui ainda hoje uma relação histórica não apenas de riquezas apropriadas, mas também no poder político. Essa questão fica mais clara na fala do deputado Federal Dilceu Sperafico:

Nós lá no Congresso Nacional estamos preocupados tanto quanto os senhores, também somos agricultores e, a bancada ruralista já enfrentou grandes problemas que vocês acompanharam. (...) E agora com esse momento o principal problema do Brasil, é essa demarcação das áreas indígenas feitas irresponsavelmente pela FUNAI. (...) Nós vamos precisar de muito apoio, da população, não só dos agricultores, mas também do comércio, da indústria. (...) E hoje no Brasil nós temos um PIB positivo, mais é muito pequenininho, é graças aos agricultores. Se a balança comercial é positiva é graças ao agronegócio. E o que é o agronegócio? O agronegócio começa lá na lavoura, lá no plantio do milho, do soja, da cebola, da batata e, aí e começa o agronegócio. Por isso eu precisava estar aqui. Muito respeito ao nosso agricultor, muito respeito àquele que produz, que tá dando comida a todo o povo brasileiro e, tendo comida pra exportar pro mundo que hoje já está passando fome. (...) E é por isso que no Congresso Nacional a bancada ruralista que se soma, que tem no seu representante Osmar Serraglio, que é meu colega, Sérgio Lupion e outros deputados do Paraná que representam o Paraná na bancada ruralista, estamos forçando alguma situação. (...) E meus amigos, estas terras todas foram homologadas pelo governo, terras que em 1908 o governo federal passou para os alemães que vieram, vieram aqui ajudar a desbravar o Brasil, hoje estão sendo demarcadas para índios que nem lá existiam. Outros estão vindo do Paraguai e da Bolívia, de outros países pra vir aqui, isso tudo insuflados pela FUNAI, insuflados pelas ONGs internacionais e nós temos que dar um basta<sup>xix</sup>.

Interessante observar como a condição de classe é naturalizada na fala do deputado. No entanto, apesar de se declarar “ruralista”, busca afirmar-se como um pequeno agricultor, numa tentativa de dizer que os interesses pelos quais estão lutando são os mesmos. Percebe-se na fala do deputado como o projeto que defendem não é camuflado. No entanto, ao atribuir ao agronegócio, o responsável pelo aumento do PIB brasileiro, explica ser ele uma produção proveniente da agricultura familiar, quando na verdade diz respeito a uma produção em larga escala baseada num tripé, soja, trigo e milho, e voltada à exportação. Um dos deputados citados por Dilceu que defende o mesmo projeto de sociedade na bancada ruralista no Congresso é Sérgio Lupion. Como comentado anteriormente o deputado Sérgio Lupion possui não apenas um histórico de riquezas provenientes de apropriação como um histórico de ocupação de poder no Estado, que justifica atualmente sua condição econômica. Em seu trabalho Irene discute a atuação do governador

Moisés Lupion, (que supostamente possui uma relação de parentesco com Sérgio Lupion) em relação ao destino dado por ele às terras no Paraná:

O governador Moisés Lupion, no seu primeiro mandato, entre os anos de 1947 e 1951, conforme dados do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná, (ITCG) emitiu 9.564 títulos de propriedade no Estado. Em seu segundo mandato, de 1956 a 1961 o número foi ainda maior, com um total de 26.084 titulações. Este processo teve continuidade nos governos de Ney Braga que entre 1961 e 1965 titulou 8.880 propriedades. Entre 1979 e 1982, quando do seu segundo mandato como governador, foram expedidos 3.366 títulos<sup>xx</sup>.

A partir desses dados percebe-se como é histórica a atuação daqueles que ocupam o poder do Estado em relação à questão agrária. Os ruralistas apresentam-se desde a década de 70, marca que data a elaboração do primeiro plano de reforma agrária, como uma classe articulada em favor de seus interesses. Por essa e outras razões é que ocorre o que discute a autora Chistiane Senhorinha Soares Campos, em seu livro *A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio*:

No que tange ao setor agropecuário brasileiro, por exemplo, a dualidade na ação e no discurso do Estado é inclusive institucionalizada. Há no país dois ministérios voltados para este setor. De um lado, há o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA que é voltado para atender as demandas do agronegócio. É o ministério que garante recursos financeiros, infraestrutura, apoio político entre outras demandas de grandes e médios proprietários e, sobretudo, das empresas vinculadas às diferentes cadeias produtivas do agronegócio. De outro lado, há o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que tem como incumbência potencializar a produção da agricultura familiar e realizar a reforma agrária. Na prática é o ministério responsável por atender a população pobre que vive e trabalha no campo ou que luta para conquistar um pedaço de terra. Assim, no governo, em tese, tem espaço para sem-terras e para latifundiários, mas tanto a influência política quanto o orçamento do MAPA são muito maiores que o do MDA. De modo que, frequentemente, há manifestações reivindicando reforma agrária e denunciando que o governo só tem uma tímida política de assentamentos, através de compras de terras, que é executada como mecanismo de solução de conflitos. Enquanto o agronegócio vai se expandindo com a ajuda de uma “mão bem visível” do Estado<sup>xxi</sup>.

Os favorecimentos citados pela autora em relação aos latifundiários refletem a articulação e o poder de decisão política que possuem no Congresso. Veremos a seguir como os conflitos agrários vem ocorrendo no MS e como os discursos dos defensores do agronegócio são semelhantes. No Mato Grosso do Sul a população indígena vem tendo suas terras invadidas devido o objetivo cada vez maior dos plantadores de cana-de-açúcar de estenderem sua produção. Devido à demanda

por etanol e a possibilidade de auferirem grandes lucros os plantadores objetivam o aumento constante da produção de cana-de-açúcar. Assim, terras indígenas são invadidas e, suas casas incendiadas para a plantação da cana. Sem terra para produzirem, os guaranis precisam se sujeitar ao trabalho nas lavouras, servindo de mão-de-obra barata para os plantadores de cana. De acordo com informações do Ministério do trabalho presente no Documentário *À Sombra de um delírio Verde*, em muitos casos o trabalho indígena vem sendo empregado em condições de trabalho análogo à escravidão.

Neste mesmo documentário percebemos na fala do presidente da Federação de Agricultura do Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, a projeção feita em relação ao negócio da cana no Estado:

Nós do Mato Grosso do Sul tínhamos onze usinas de açúcar e álcool. Isso significava uma área plantada em torno de cento e setenta mil hectares. Nós estamos com projetos em andamento de mais 40 usinas. Isso vai levar até 2012 que nós tenhamos algo em torno de novecentos mil a um milhão de hectares de cana de açúcar aqui no Mato Grosso do Sul<sup>xxii</sup>.

Na fala do presidente da Federação de Agricultura fica claro os objetivos foram almeçados até 2012. Isso não significa que a pretensão de aumento da produção tenha estacionado. Ainda pela fala, fica nítida a distinção entre o projeto de sociedade voltado ao agronegócio daquele pretendido pela população indígena. Dessa forma a posição do presidente em relação à questão da demarcação das terras indígenas, não podia ser diferente à pretensão que almeja com a produção da cana:

O que é terra indígena? Qual o limite da demarcação da terra indígena? Até onde vai? Há o antropólogo, o conceito da oralidade, um cidadão indígena, olha aqui realmente existia... O Mato Grosso do Sul inteiro era terra indígena<sup>xxiii</sup>.

Enquanto isso, a situação dos indígenas mostrados no documentário, na região de Caarapó, é degradante. No que se refere às condições de trabalho, muitos indígenas vivem em condições sub humanas. Até o trabalho percorrem dezenas de quilômetros do local onde vivem. Para isso levantam diariamente às três horas da madrugada e seguem à espera de um ônibus que os levam até as plantações. O trabalho na cana lhes rende uma média de 500 a 600 por mês. No entanto, para isso é preciso que trabalhem os trinta dias mensais, sem nenhum dia de descanso.

Como a renda dos trabalhadores na cana é composta pela produtividade, sua renda fica atrelada ao seu ritmo de trabalho o que torna intensa sua jornada de trabalho tendo em vista o baixo preço pago pelo metro cortado da cana. Sem terra, o trabalho no corte de cana torna-se a única alternativa dos Guaranis conseguirem renda para sua sobrevivência. De acordo com a fala historiador Antônio Brandt, da Universidade Dom Bosco, presente no documentário:

O território dos Guaraní no Brasil se situa na região Sul, no estado de Mato Grosso do Sul. É aqui também onde está se implantando a maior quantidade de usinas de produção de açúcar. Então isso significa que efetivamente vamos estar cercados de canaviais por todos os lados né, e nos deixa, prevê muitas dificuldades, maiores dificuldades para os mesmos Guaraní e para a produção de seus alimentos. Por isso que hoje é uma situação tão estranha né, pensar que hoje os Guaraní necessitam das cestas básicas para se manterem. Um povo que tem uma tradição amplamente documentada como produtores de alimento. É necessário demarcar territórios, devolver terras aos guarani. A devolução dessas terras também não vai inviabilizar o agronegócio como às vezes se diz. Não. Há muita terra, os guarani estão reivindicando pequenos pedaços, do imenso território que eles tinham<sup>xxiv</sup>.

Porém, não é esse o posicionamento do presidente da Federação de Agricultura Eduardo Riedel. Contrapondo-se a fala do historiador, ele comenta que:

O problema é que isso já está feito. Já está bem claro, quando os antropólogos se manifestam no sentido de dizer: vamos fazer a demarcação, o que eles querem na verdade, é ir ampliando a área indígena, coisa que você, se tomar como base, a civilização brasileira desde sua origem nós vamos ter que demarcar o Brasil<sup>xxv</sup>.

A fala de Riedel, porém, contradiz os dados referentes à população indígena na região, que por não terem onde plantar precisa lutar por um pedaço de terra, ou sujeitar-se ao trabalho análogo ao da escravidão. De acordo com o documentário, “de Janeiro de 2004 até a conclusão deste filme em Janeiro de 2011, mais 2600 indígenas foram libertados da escravidão no Mato Grosso do Sul. Nos últimos 5 anos 7 lideranças foram mortas na luta pela terra”.

Além dos problemas relacionados às más condições de trabalho referentes à população indígena, a vasta plantação de cana-de-açúcar também vem provocando sérios problemas ambientais. A cana consome grande quantidade de água do solo. Para sua plantação é necessária a derrubada de florestas, uso de agrotóxicos, além do que a chegada de novas usinas pode provocar a poluição de vários rios na região do Mato Grosso do Sul que compõem o aquífero guarani. Isso pode ocorrer devido a

enorme quantidade de dejetos provenientes da cana que são eliminados diariamente. Além da poluição da água, pode provocar grande mortandade de peixes causando um grande desastre ecológico.

O que ocorre na maioria das vezes é a tentativa de justificar os problemas vivenciados atualmente pela população indígena através da atribuição desses problemas ao período colonial, ou seja, à exploração realizada pelos colonizadores. Como se hoje não houvesse mais a possibilidade de resolução dos problemas vivenciados pelos indígenas. Uma tentativa de naturalizar e legitimar as formas de exploração que ocorrem por meio dos grandes latifúndios.

Podemos ainda perceber a natureza dos conflitos ocorridos em relação à população indígena no Mato Grosso do Sul através das reportagens noticiadas em relação ao caso. Na reportagem: “Questão Indígena – Mato Grosso do Sul está uma terra sem lei, diz Famasul”, podemos perceber a processualidade dos conflitos agrários referentes à região de Japorã/MS:

“Mato Grosso do Sul se transformou em uma terra sem lei, onde o direito de propriedade e à segurança, garantidos pela Constituição Federal, são ignorados com invasões anunciadas e consumadas em série”. A afirmação é do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS, Eduardo Riedel, referindo-se à tensão e violência geradas pelos indígenas no último final de semana. “Há uma omissão generalizada dos poderes constituídos, deixando um vácuo que põe em risco a ordem e a democracia brasileira”, completa o dirigente<sup>xxvi</sup>.

O discurso do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do MS se assemelha a dos ruralistas e deputados do Paraná quando vêem sua condição de classe ameaçada. Atribui-se a sociedade uma terra sem lei, porque para eles a lei existe para manter a condição de classe que ocupam, o direito de propriedade, que está havendo uma omissão por parte do Estado em relação ao caso e, que a pressão exercida pelos indígenas põe em risco a democracia. Ou seja, o conceito de democracia presente no discurso do presidente está relacionado à manutenção da ordem, à manutenção da desigualdade social.

Outra reportagem diz respeito às ações de violência em relação aos indígenas Guarani-Kaiowá na região de Paranhos/MS: “Indígenas Guarani-Kaiowá são ameaçados de morte por fazendeiros no Mato Grosso do Sul”. Nesta reportagem percebe-se o tom de ameaça de um dos fazendeiros da região ao dizer:

“Se o Governo quer guerra, vai ter guerra. Se eles podem invadir, então nós também podemos invadir. Não podemos ter medo de índio não. Nós vamos partir pra guerra, e vai ser na semana que vem. Esses índios aí, alguns perigam sobrar. O que não sobrar, nós vamos dar para os porcos comerem”<sup>xxvii</sup>.

Devido aos constantes conflitos agrários ocorridos na região do Mato Grosso do Sul, vem ocorrendo no Estado vários casos de suicídio com a população indígena, como o ocorrido em Guaíra/PR, principalmente em relação à população indígena Guarani Kaiowá. De acordo com a reportagem intitulada “Suicídio adolescente entre indígenas é tema de informe”:

No Brasil, dados da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, revelam que a taxa nacional de suicídios indígenas chega a 20 para cada 100 mil indivíduos (quatro vezes a média nacional). (...) Em 2008, ocorreram 17 suicídios no município de Amambia, no estado do Mato Grosso do Sul, onde vivem os Guarani Kaiowá. Dos 17, 15 suicídios foram de índios, sendo nove de jovens indígenas. No mesmo estado e período, a cidade de Dourados registrou 25 suicídios, 13 de indígenas, oito deles jovens. (...) No Mato Grosso do Sul, a taxa de 166 suicídios por cada 100 mil indígenas é mais do que 34 vezes maior que a média nacional<sup>xxviii</sup>.

A falta de perspectivas levou os indígenas Guarani-Kaiowá anunciarem até mesmo suicídio coletivo na região de Naviraí/ MS, caso o problema da demarcação de suas terras tradicionais não fosse solucionado, como podemos observar pela reportagem: “Índios Guarani-Kaiowá anunciam suicídio coletivo no Mato Grosso do Sul”:

Uma carta assinada pelos líderes indígenas da aldeia Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, e remetida ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), anuncia o suicídio coletivo de 170 homens, mulheres e crianças se a Justiça Federal mandar retirar o grupo da Fazenda Cambará, onde estão acampados provisoriamente às margens do rio Hovy, no município de Naviraí. Os índios pedem há vários anos a demarcação das suas terras tradicionais, hoje ocupadas por fazendeiros e guardadas por pistoleiros<sup>xxix</sup>.

Mesmo com a ameaça ocorrida em 2012, que pode ser entendida como uma forma desesperada de pressionar o governo para resolver o caso, o problema agrário no MS ainda se arrasta. Nesse contexto as percepções formadas em relação à população indígena são muitas: oportunistas, pessoas que não trabalham que impedem o “desenvolvimento” e o “progresso” e, etc... Ou ainda a percepção presente na grande maioria dos livros didáticos destinados ao ensino público, também presente na fala do deputado Federal Osmar Serraglio:

(...) Os deputados estão mobilizados, não tem uma semana em que nós não nos reunimos e não discutimos os caminhos possíveis. O problema é que nós obedecemos a lei. O problema é que nós, nós queremos acreditar que nós temos uma Constituição. O problema é que nós queremos que o governo tome providência. Enquanto isso a palavra que nós colocamos pra dentro do nosso dicionário: selvageria. A selvageria acontece. Porque existe leis, existe regras<sup>xxx</sup>.

O que ocorre em nossa sociedade é que quando é conveniente se utiliza a imagem do índio como um elemento nacional, outrora, há ocasiões em que o caráter positivo da contribuição dos indígenas é substituído por uma visão preconceituosa e depreciativa desses sujeitos históricos. Desta forma, o problema indígena não pode ser compreendido fora dos quadros da sociedade brasileira, pois ele é fruto do contato entre índios e não índios.

Na história oficial do Brasil, contada nos livros didáticos das escolas ou mesmo na literatura especializada, não aparece nenhum feito ou contribuição significativa dos povos indígenas à formação da nação brasileira. Isto porque os povos indígenas sempre foram considerados sem cultura, sem civilização ou qualquer tipo de progresso material. Ainda hoje circula entre pessoas bem escolarizadas a idéia de que os índios representam barreiras e empecilhos para o “progresso” e o “desenvolvimento” da nação. Em partes podemos dizer que isso ocorre devido ao fato de que em nossa sociedade está impregnada uma concepção ditada pelo modelo econômico capitalista que prioriza a produção em grande escala. Diante desse modelo, culturas ou pessoas que não possuem a mesma dinâmica capitalista são concebidas como atrasadas, inferiores, ou não aptas ao trabalho. O agronegócio nesse sentido é a materialização desse sistema econômico, ele está inserido numa dinâmica capitalista, de obtenção de lucro a qualquer custo. Porém deve-se considerar que tal dinâmica provoca custos sociais.

Nesse contexto, se faz necessário potencializar tal discussão. Isso devido à tentativa por parte dos representantes do agronegócio de promover o consenso e camuflar os reais interesses por trás de um projeto de sociedade apresentado como único e ideal, que visa, sobretudo a adesão e o apoio de pequenos agricultores, setores comerciais e industriais. Quanto aos indígenas, mesmo vivenciando diversas dificuldades, não podemos visualizá-los como vítimas passivas desse processo, mas como sujeitos que resistem e lutam na busca por seus direitos. Os povos Guaranis, por exemplo, vem ao longo desses anos resistindo e lutando da forma que

conseguem na busca pela demarcação, porque sabem que é por meio da terra que garantirão a manutenção de seus modos de vidas. Como comenta o indígena guarani mostrado no documentário *À sombra de um delírio verde*: “O rio, o rio ela é um sangue da terra, igual a nós, nós temo nossa veia né, e ali corre o sangue. Então nós sermo sem sangue, ninguém sobrevive. Num tem forma nenhuma de vive sem o rio, sem a mata, não tem jeito”<sup>xxxii</sup>.

Ao mesmo tempo em que são concebidos como oportunistas ou como não exemplo de trabalhadores, os indígenas expõem com sua sabedoria o entendimento e posição política acerca da sociedade que vivemos. Isso pode ser percebido na fala do cacique Guarani Kaiowá Orlando Oliveira, quando se refere à política assistencialista:

Sem terra o índio não vive. Essa cesta do Estado, se essa cesta vai sê comprado até dez ano, ou vinte ano vai sê comprado. Daí sempre vai comprá essa cesta e vai mandá pras criança, eu acho que não vai mantê. Se nós num plantá, se nós num garanti nossa terra, vai ficá difícil<sup>xxxiii</sup>.

Orlando também demonstra a concepção de vida que possui bem diferente daquela defendida pelas classes defensoras do agronegócio. Segundo ele:

Eu lembro quando naquela época, a maior alegria, maior alegria pra trabalhar, alegria pra viver, alegria pra trabalhar na roça, alegria pra ver o mundel (mundo), alegria pra pescá, tudo essas coisa naquela época. Quando ele foi fazê essa terra, o mundo inteiro, ele não falô assim: essa aqui vai ficá pro branco, essa aqui vai ficá pro preto, essa aqui vai ficá pro azul, essa aqui vai ficá pro índio, essa aqui num sei pra quem vai ficá. Ele num falô. Não feito feito só pro índio não, esse lençol aqui foi feito pra todo o mundo, pra todo o mundo. Só que em cima desse lençol nós vive brigando<sup>xxxiii</sup>.

Ao recordar de sua vida enquanto criança, o cacique relembra de um mundo em que havia alegria. Nota-se que esta alegria está relacionada ao trabalho, e logo, a terra que ainda possuíam. Quando se refere a terra, o cacique demonstra como em sua opinião deveria ser a vida em sociedade. Em sua fala não se encontra posicionamentos individualistas, ao contrário, até mesmo quando se refere aos conflitos por terra, os quais muitas vezes não são provocados pelos indígenas, o cacique as trata de forma coletiva quando diz: “Só que em cima desse lençol nós vive brigando”.

## Considerações finais

Vale ressaltar que não conseguimos nesse artigo esgotar todas as informações oferecidas pelas fontes selecionadas. No entanto elas são importantes para demonstrar a natureza dos conflitos agrários ocorridos em Guairá e nas regiões do Mato Grosso do Sul.

A discussão realizada nesse artigo expressa os conflitos por terra e os distintos projetos em disputa que leva cada grupo social buscar através da luta a garantia de seus interesses. Porém, é preciso problematizar a natureza de tais interesses, como reflexo dos grupos sociais a quais pertencem. Enquanto a luta dos setores do agronegócio se volta ao acúmulo de riquezas e manutenção de poder, a luta indígena busca por possibilidades de viverem na e da terra. É uma luta pela sobrevivência e manutenção de seus modos de vida.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> - Mestre em História pela Universidade Estadual Do Oeste do Paraná – UNIOESTE e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Rolim de Moura.

<sup>ii</sup> - ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade Rural do Oeste do Paraná**/Irene Spies Adamy – Marechal Cândido Rondon, 2010, p. 52.

<sup>iii</sup> - RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pág. 220.

<sup>iv</sup>-RAMOS, Alcida Rita - **Sociedades Indígenas**. Acessado no dia 01/06/2013. Disponível em:<http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#o>.

<sup>v</sup> - CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8 ed., São Paulo: Ática, 2007.

<sup>vi</sup> - ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade Rural do Oeste do Paraná**/Irene Spies Adamy – Marechal Cândido Rondon, 2010, p. 25.

<sup>vii</sup> Idem, p. 35.

<sup>viii</sup> - ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade Rural do Oeste do Paraná**/Irene Spies Adamy – Marechal Cândido Rondon, 2010, p. 32

<sup>ix</sup> - ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade Rural do Oeste do Paraná**/Irene Spies Adamy – Marechal Cândido Rondon, 2010, p. 164.

<sup>x</sup> - Jornal Rio Paranazão, 29 de Março de 2013, p. 12.

<sup>xi</sup> - Reportagem retirada do endereço eletrônico:  
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1342110>. Acesso em: 07/03/2014.

<sup>xii</sup> - Reportagem retirada do endereço eletrônico:  
<http://www.rioparanazao.com.br/home/?pag=materiasint&materia=823>. Acesso em: 07/03/2014

<sup>xiii</sup> - Reportagem retirada do endereço eletrônico:  
<http://www.rioparanazao.com.br/home/?pag=materiasint&materia=822>. Acesso em 07/03/2014.

<sup>xiv</sup> - Reportagem retirada do endereço eletrônico:  
<http://www.rioparanazao.com.br/home/?pag=materiasint&materia=825>. Acesso em 07/03/2014.

<sup>xv</sup> - Jornal Rio Paranazão, de 08 de Fevereiro de 2013, p. 05

- <sup>xvi</sup> - Discurso de palanque do prefeito do município de Guaíra Fabian, em 02/04/2014, Guaíra/PR.
- <sup>xvii</sup> - KOLING, Paulo José. **Terra e Poder**: possibilidades e perspectivas. Tempos Históricos/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Colegiado do Curso de História – v.1. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 1999, pág. 241.
- <sup>xviii</sup> - Discurso de palanque do deputado Estadual Hélio Hush, em 02/04/2014, Guaíra/PR.
- <sup>xix</sup> - Discurso de palanque do deputado Federal Dilceu Sperafico, em 02/04/2014, Guaíra/PR.
- <sup>xx</sup> - ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária**: a sociedade Rural do Oeste do Paraná/Irene Spies Adamy – Marechal Cândido Rondon, 2010, pág. 52.
- <sup>xxi</sup> - CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS / Christiane --1.ed.—Buenos Aires : CLACSO, 2011, pág. 24.
- <sup>xxii</sup> - Fala de Eduardo Corrêa Riedel presente no Documentário À Sombra de um delírio Verde, retirado do endereço eletrônico <http://www.youtube.com/watch?v=2NB61WU1WfM>. Acesso em 08/03/2014
- <sup>xxiii</sup> - Idem.
- <sup>xxiv</sup> - Fala do Historiador Antônio Brandt. Universidade Dom Bosco, presente no Documentário À Sombra de um delírio Verde, retirado do endereço eletrônico <http://www.youtube.com/watch?v=2NB61WU1WfM>. Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxv</sup> - Fala de Eduardo Corrêa Riedel presente no Documentário À Sombra de um delírio Verde, retirado do endereço eletrônico <http://www.youtube.com/watch?v=2NB61WU1WfM>. Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxvi</sup> -Reportagem noticiada em 29 de Outubro de 2013, retirada do endereço eletrônico: <http://www.portalguaira.com/Pg/questao-indigena-mato-grosso-sul-terra-lei-famasul>. Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxvii</sup> -Reportagem noticiada em 21/08/2012, retirada de endereço eletrônico: [http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=632:guarani-kaiowa-ameacados-de-morte&catid=69:antiga-rok-stories](http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=632:guarani-kaiowa-ameacados-de-morte&catid=69:antiga-rok-stories). Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxviii</sup> - Reportagem noticiada em 11/03/2013, retirada do endereço eletrônico: <http://www.jovensindigenas.org.br/suicidio-adolescente-entre-indigenas-e-tema-de-informe>. Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxix</sup> - Reportagem noticiada em 20/10/2012, retirada do endereço eletrônico: <http://dialogospoliticos.wordpress.com/2012/10/20/indios-guarani-kaiowa-anunciam-suicidio-coletivo-no-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxx</sup> - Discurso de palanque do deputado Federal Osmar Serraglio, em 02/04/2014, Guaíra/PR.
- <sup>xxxi</sup> - Fala de um indígena guarani Kaiowá, presente no Documentário À Sombra de um delírio Verde, retirado do endereço eletrônico <http://www.youtube.com/watch?v=2NB61WU1WfM>. Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxxii</sup> - Fala do cacique Guarani Kaiowá Carlito de Oliveira, presente no Documentário À Sombra de um delírio Verde, retirado do endereço eletrônico <http://www.youtube.com/watch?v=2NB61WU1WfM>. Acesso em 08/03/2014.
- <sup>xxxiii</sup> - Idem.